



Universidade de Brasília

Departamento de Sociologia

Guilherme Ricardo Gomes Moreira

Da (má) Formação do Estado Moderno Brasileiro

Brasília
2016

Da (má) Formação do Estado Moderno Brasileiro

Trabalho apresentado na Universidade de Brasília, em 01 de julho de 2016, cumprimento às exigências para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, habilitação em Sociologia, sob orientação do prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavoraro.

Guilherme Ricardo Gomes Moreira

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavoraro

Examinadora: Prof^a. Dr^a. Débora Messenberg Guimarães

Brasília
2016

*Ao meu dedicado professor e orientador Sérgio Tavolaro,
e todos os professores e professoras que me guiaram durante a graduação.*

*Para Dona Tereza, minha amada e diligente mãe,
a quem devo todo meu sucesso e conquistas;
Fabio Petrovic pelo amor e apoio, e por me inspirar convicção.
Á minha apaixonante e insana família, assim como amigos de jornada.*

Aos corredores da UnB, que tanto me ensinaram e tantas inquietações me trouxeram!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso propõe uma revisão de importantes obras que constituem a formação do pensamento político brasileiro, a fim de investigar a utilização do conceito de modernidade na estruturação desse conhecimento. Dessa forma, é traçado aqui uma análise sobre o aparato conceitual sociológico segundo a perspectiva brasileira, investigando como a compreensão dos autores nacionais foi desenvolvida. Para isso, é realizado inicialmente um resgate da teoria clássica, trabalhando com a bibliografia de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, observando sua representatividade na sociologia e no discurso da modernidade.

Palavras-chave: Estado Moderno; Pensamento brasileiro; Sociologia Política; Teoria sociológica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I – O ESTADO MODERNO CONFORME O PENSAMENTO CLÁSSICO	7
CAPÍTULO 2 – CORONELISMO, ENXADA E VOTO – A FACE MUNICIPALISTA DA MODERNIDADE BRASILEIRA	18
CAPÍTULO 3 – A SOCIEDADE PARTICULARISTA DE “RAÍSES DO BRASIL”	28
CAPÍTULO 4 – OS DONOS DO PODER – RAYMUNDO FAORO E O PATRIMONIALISMO BRASILEIRO	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

A constituição da sociologia enquanto disciplina científica compreende a experiência da modernidade, e torna-se responsável por traçar os limites desta compreensão, tornando este um conceito hegemônico na produção de conhecimento. Nasce assim das investigações a respeito das profundas crises e reformas vivenciadas pelo Estado, sistema econômico de produção e corpo social europeus do século XVIII. Dessa forma, partindo da premissa de que o pensamento político e social brasileiro é influenciado pela sociologia clássica em sua tentativa de compreender a modernidade, é possível inferir qual lógica permeia a construção dessa interpretação acerca da realidade brasileira. Seguindo este raciocínio encontramos nos intelectuais brasileiros, e em suas mais célebres obras, provas contundentes de seus esforços interpretativos guiados segundo a lógica de investigação do progresso social, lançando o questionamento sobre a existência de uma modernidade brasileira, ou em que passo essa sociedade estaria de ascender a este nível.

O presente estudo dedica-se a compreender de que forma o discurso da modernidade é trabalhado por três prestigiados intérpretes da sociedade brasileira, a saber, Victor Nunes Leal, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, em suas obras, respectivamente aqui apresentadas: *Coronelismo Enxada e Voto – O Município e o Regime Representativo no Brasil*; *Raízes do Brasil*; e, por fim, *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Onde encontramos os diálogos desses autores acerca da realidade política, social e econômica do país frente a aparente paralisia do Estado, e aos impasses que permeavam seu processo modernizador. Conceitos fundamentais da sociologia política são apresentados nessas obras, de forma a elucidar as estruturas que formam este país e demonstrar a fragilidade dessas instituições, formando assim um arcabouço teórico fundamental para compreender sua dinâmica social. Seguindo o estímulo trazido por este debate, tento aqui expressar criticamente de que forma a teoria sociológica europeia poda o potencial do pensamento brasileiro, ao lhe impor regras e concepções que não se mostram plenamente capazes de representar nem mesmo o conjunto de sociedades consideradas efetivamente modernas. Essa dinâmica

dá forma a uma estrutura de dependência do saber, onde somente o conhecimento construído segundo seus pressupostos são validados e legitimados.

Busco traçar aqui uma análise sobre o discurso sociológico da modernidade segundo a perspectiva do pensamento político brasileiro, investigando como a compreensão dos autores supracitados foi desenvolvida. Para isso, proponho inicialmente um resgate teórico clássico, trabalhando com a bibliografia de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, observando sua representatividade na sociologia e no discurso da modernidade. Estabelecidas as bases teóricas necessárias para dar prosseguimento ao trabalho inicio a exposição dos autores brasileiros, buscando apresentar a essência de suas obras e debater acerca da utilização do conceito de modernidade na estruturação desse conhecimento. O trabalho é construído de forma a dar visibilidade à interpretação dos autores sobre a formação da sociedade brasileira, abordando primeiramente a importância do ruralismo na ordem nacional e o sistema coronelista como trava ao processo de modernização, análise esta construída por Victor Nunes Leal, discorrendo também sobre a fragilidade do nosso sistema representativo. No terceiro capítulo abordarei a análise construída por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, onde o autor explora a problemática da ausência de distinção entre as esferas públicas e privadas e, por conseguinte traça o perfil do *homem cordial* como símbolo da sociedade brasileira e de seu atraso. Por fim, a discussão será focada em Raymundo Faoro e em sua tese de um Estado patrimonial brasileiro, herança colonial portuguesa, que administra, pressiona e mantém a integridade do Estado, mas, ao fazer isso, tolhe a autonomia de importantes instituições e setores, travando a modernização dessa sociedade ao lhe impor diversos obstáculos. Pretendo investigar, a partir da análise de *Os Donos do Poder*, o aparente paradoxo que permeia a noção de que o patrimonialismo mantém-se como a base fundamental da emergência de um Estado moderno no Brasil.

Aspiro tecer um debate sobre o projeto teórico do pensamento político e sociológico brasileiro, na tentativa de compreender de que forma a teoria clássica influenciou em sua formação. À vista disso, busco refletir acerca do papel exercido pelo discurso hegemônico da modernidade, abordando o debate acadêmico brasileiro em torno desse discurso sociológico.

CAPÍTULO I

– Estado Moderno conforme o Pensamento Sociológico Clássico –

“O conceito de modernização refere-se a um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais; à expansão de direitos de participação política de formas urbanas de vida e de formação escolar formal; refere-se à secularização de valores e formas”.¹

O conceito de modernidade permeia os debates sociológicos desde o princípio. As Ciências Sociais, que se originam em contextos sociais do Ocidente, empenham seus esforços em entenderem-se por meio de imagens construídas a respeito de seus “Outros”; não por acaso aquilo que difere de suas próprias características acaba por se tornar parte de seu objeto de estudo, não só pela intenção de interpretar e entender essas diferenças, mas para se legitimar como um exemplo de organização social, política e econômica a ser seguida. O debate sociológico acerca do conceito de Estado Moderno, assim como de suas atribuições e deveres perante a sociedade, mostra-se de grande relevância e possui grande amplitude de conceitos e interpretações. Para isso, é necessário lançar olhares, a partir de uma ampla perspectiva, sobre a teoria sociológica que perpassa tal tema.

A tradição teórica criada pelos conhecidos clássicos do pensamento sociológico permite analisar criticamente o pensamento político que estabelece as circunstâncias para a existência, ou não, de um Estado moderno. Sendo assim, as relevantes obras de Durkheim, Weber e Marx nos proporcionam as chaves explicativas necessárias para compreender a complexidade do

¹ HABERMAS, Jürgen. O Discurso filosófico da Modernidade. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1991.p.14

processo de modernização social, política e econômica, que desencadearam a divisão do trabalho e a racionalidade nas sociedades ocidentais.

Dessa forma, mostra-se necessário apresentar primeiramente o relevante papel desempenhado pelo conceito clássico de modernidade, assim como de suas diversas interpretações, na formação do pensamento político e social brasileiro, que utiliza esse referencial teórico para fomentar sua compreensão do fenômeno moderno no Brasil.

O resgate desta literatura é necessário quando se pretende compreender até que ponto o Brasil cumpre com os preceitos que definem um Estado moderno, considerando o pensamento desses autores clássicos; é também necessário no exercício de investigação sobre os retratos da modernidade e o que eles nos sugerem sobre a nossa sociedade e sua formação estatal e política. Por fim, é preciso saber sob que aparato teórico a interpretação da realidade brasileira é implementada.

O Advento da Modernidade

A experiência da modernidade é concebida segundo uma ruptura histórica das antigas organizações sociais, sendo este um processo vivenciado primeiro pelo Ocidente, e posteriormente difundido em escala mundial. Com o declínio do sistema feudal ocorre uma reestruturação da sociedade e de suas instituições, assumindo assim uma nova forma de dinâmica social, política e econômica. Dessa forma, a emergência do Estado Moderno ocorre a partir do embate entre velhas e novas forças sociais, valores e relações de poder.

A desarticulação das relações tradicionais de trabalho consoma o capitalismo como uma nova forma de produção que marcaria, conforme Marx em *O Capital* (MARX, Karl. 1996), o surgimento do fenômeno moderno no ocidente. A lógica de mercado ganha força, conforme um sentido materialista de produção. O surgimento da modernização do aparato estatal teria início a partir desta nova formatação social, estruturada a partir das reformas econômicas promovidas com a ruptura do antigo sistema de produção econômica, emergindo assim novas formas de relações de trabalho e produção instituídas pelo capitalismo.

A modernidade capitalista é central para a construção do Manifesto Comunista, obra em que Marx e Engels empreendem uma análise dos conflitos gerados por este sistema econômico advindo da nova dinâmica industrial que crescia na sociedade da época. As relações sociais seriam afetadas de maneira decisiva com o modo econômico instaurado pela burguesia, emergindo assim pesadas formas de exploração do ser humano e de sua capacidade de produção e acumulação de riquezas. Conforme Marx, o papel desempenhado pela burguesia nesta nova ordem e no processo de modernização é decisivo nesse processo, o autor afirma que:

A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade [...] A revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis, foram varridas, toda as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e o homem é, finalmente, compelido a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes. (MARX. Karl & ENGELS, Friedrich. 1998. Pág. 43)

O caráter expansionista, monopolístico e opressor desse sistema transforma os tradicionais padrões familiares em modos dinâmicos e impessoais de produção. Além disso, coloca em curso um processo de formatação estatal calcado na racionalidade da burguesia e de seus interesses, sendo esses os fatores que a colocam em controle do funcionamento do aparato estatal. E este sentido de impessoalidade que está no cerne da dinâmica moderna nas relações sociais, característica que, como veremos, é com frequência tomada como ausente na sociedade brasileira.

A interpretação de Weber a respeito da racionalidade nesta nova formatação social assume papel central em sua análise do advento da modernidade. Segundo ele, a modernidade adviria da racionalização da sociedade ocidental e de suas instituições, gerando assim uma organização burocrática marcadamente impessoal no seio do aparato estatal.

Na construção do pensamento weberiano é possível encontrar a peculiaridade ocidental da modernidade. Weber preocupa-se em investigar os motivos pelos quais somente o ocidente se mostrou capaz de desenvolver sua ciência e economia em um nível de realizações sem paralelos; almeja, ainda, compreender o tipo particular de *ethos* que se sedimentou nas sociedades europeias. Nesse sentido, Weber pretende explicar de que forma a ética protestante propiciou a algumas sociedades o desenvolvimento de uma determinada modalidade de capitalismo, com traços específicos, fortemente vinculados à racionalização da conduta cotidiana.

No entendimento expresso em *Economia e Sociedade* (WEBER, M. 1999), o processo de racionalização e especialização dos diversos setores da vida social possibilita assim o avanço dessas sociedades, enquanto as não ocidentais, embora tenham apresentado diversos elementos modernos, não se mostraram capazes de progredir de tal forma. Esse elemento possibilita o entendimento do Estado ocidental como o único plenamente moderno, no momento histórico em que Weber traça sua análise, apresentando uma máquina burocrática impessoal em ascensão. Além da economia e das relações humanas de trabalho, a ciência também desponta como grande referencial nesse processo de especialização. O trabalho intelectual de análise mostrou-se, no ocidente, capaz de se apropriar do aparato racional, criando um método sistemático e técnico, aperfeiçoando seus métodos de investigação.

Na avaliação de Weber, a ética protestante seria então responsável por dar às ações sociais outra significação, distinta da lógica católica de não acumulação e de subsistência (WEBER, M. 2004). A lógica protestante via o trabalho sob a perspectiva de enobrecimento do homem, conferindo-lhe dignidade perante Deus. Inicialmente essa ideia traçaria os rumos de uma mudança na relação do indivíduo com seu potencial de produção, de acumulação de riquezas e de geração de lucros, conceitos fundamentais para o amadurecimento do capitalismo moderno. Essa ética protestante serviria como princípio para a emergência de um verdadeiro espírito capitalista, mas logo seria transcendido, como afirma Weber ao dizer que:

A ética econômica nasceu do ideal ascético; todavia, perdeu o sentido religioso. Foi possível que a classe trabalhadora tivesse se conformado com a sua sorte, enquanto se pôde prometer-

lhe a bem-aventurança eterna. Mas, uma vez desaparecida a possibilidade deste consolo, tinham que se revelar os contrastes registrados numa sociedade que como a nossa se acha em pleno crescimento. Com isso, atinge-se o fim do protocapitalismo e se inicia a era de ferro do século XIX. (WEBER, M. 1974. Pág. 180)

Seguindo esta construção do raciocínio weberiano é possível assimilar de que forma se estrutura o Estado e de que forma ele se moderniza. A experiência da modernidade traz consigo uma verdadeira reforma do corpo social que se apresenta, sendo a racionalidade o principal motor desta reforma. A burocracia é a maior expressão deste novo modelo institucional, pois expressa a complexa normatização presente nas sociedades modernas ocidentais, regidas pelas ideias de eficiência e aperfeiçoamento. Dentre esses aspectos, destacam-se como formas de funcionamento da máquina burocrática moderna a distribuição específica de responsabilidades inerentes ao funcionamento do complexo burocraticamente dominado, os meios de controle de execução dessas atividades e o capital humano regularmente qualificado.

Durkheim aborda essa lógica da especialização segundo sua ideia de divisão do trabalho social (DURKHEIM, É. 1999), sendo a dinamicidade gerada pela diferenciação das funções sociais fator que impulsiona a emergência do Estado moderno.

A garantia da emergência desta modernidade viria através da divisão do trabalho social ocorrida nesse momento de transição, de uma sociedade predominantemente feudal para uma sociedade mercantil e progressivamente capitalista. O crescente individualismo, a visão utilitarista e suas implicações na existência de coesão social mostraram-se questões de grande relevância desde o início do fenômeno moderno. Segundo Durkheim, o que molda o Estado moderno não é necessariamente seu viés capitalista, mas sim seu caráter de diferenciação das funções sociais que conferem grande dinamismo a esta sociedade.

Conforme Adam Smith, numa perspectiva utilitarista, a especialização e qualificação dos operários é capaz de diminuir gastos, promover aumento de

produtividade e garantir aumento do lucro, ao passo que diminui o valor da mão de obra. Em contraposição, Durkheim preocupa-se essencialmente com o perigo que este fenômeno propriamente social traz.

A consciência coletiva, outrora predominante em organizações pré-industriais, vinha sendo suplantada pela lógica da divisão do trabalho, que visava mais produtividade. O progresso econômico justifica, assim, o fenômeno social da divisão do trabalho, que compreendemos por especialização, com a finalidade de trazer uma desejável dinamicidade ao processo produtivo.

Os papéis que os indivíduos assumiriam nessa nova estrutura de produção, assim como a moralização das relações de trabalho, assumem uma posição de fragilidade perante o processo de especialização, incorrendo em riscos que Durkheim chamaria de *anomia*, esse cenário seria caracterizado pela ruptura da coesão social, ou seja, predominância de uma desestabilidade na sociedade, provocada pela ausência de regras e normas compartilhadas. No entanto, para Durkheim, a divisão do trabalho social também significava o reforço da interdependência e, dessa maneira, um importante incentivo ao fortalecimento dos laços sociais na modernidade.

A Ascensão do Estado Moderno: Relações e Esfera Políticas

A ruptura da antiga ordem vigente para a capitalista moderna marcou historicamente a sociedade europeia ao implementar reformas de grande impacto. Em sentido geral, não só as relações sociais, a divisão do trabalho e a dinâmica do poder foram alteradas, a própria lógica de dever do indivíduo encontrou espaço nesta reforma. Em síntese, Bobbio descreve que:

A partir do sucesso diferente e dos vários graus de domínio que tiveram as velhas e novas forças sociais, surgiram as diferenças verificadas em diversos países e em diversos momentos históricos em torno do modo geral de organização das relações sociais, como variantes do mesmo modelo geral de Estado, detentor do monopólio da força legítima. (BOBBIO, Norberto. 1998. Pág.428)

O Estado, como forma de organização política legitimada socialmente, encontra sentido no processo de modernização ao centralizar progressivamente seu poder. A crescente racionalização, em meio á qual ganha força a burocratização e a normatização desta instituição, e a impessoalidade dominante são traços essenciais para compreender a lógica que comanda esse processo, tanto de modernização quanto de progresso dessa nova forma de constituição social.

As manobras ocorridas com a emergência do capitalismo mostram a concepção de um modo de vida baseado na racionalidade, a modificação de valores, a reestruturação das relações sociais e políticas, assim como da própria instrumentalização do aparato estatal para o exercício do poder, a própria realidade se fragmentou, gerando assim uma constante luta entre valores que se opõem.

Para compreender a racionalização do Estado como proposta central na modernização desta instituição, mostra-se necessário revisitar primeiramente a construção de Weber do conceito de Estado, assim como suas considerações a respeito da dominação e da legitimidade para exercício do poder, conceitos centrais no pensamento do autor.

Segundo Weber, em *Economia e Sociedade* (WEBER, M. 1999), o Estado moderno só seria possível seguindo os preceitos específicos e particulares dessa instituição política. Sendo assim, ele o descreve como expressão de uma complexa estrutura de dominação, formada por grupos políticos amparados por fortes mecanismos administrativos. Seria, dessa forma, descrito como uma instituição que postula o monopólio do uso legítimo da força, e que exerce liderança a partir de associações políticas. Esse seria um instrumento específico, mas não único, em que se vale o Estado. Caso as instituições sociais que formam o Estado não fizessem uso de tal força, seria inviável sua existência, emergindo assim um sistema caótico, em que prevaleceria a desordem e a anarquia.

A legitimação do poder vem de encontro ao próprio conceito de dominação. Conforme Weber em *Ensaio de Sociologia* (WEBER, Max. 1982), poder significa a capacidade de imposição da própria vontade numa relação social. Já a ideia de dominação implica uma relação permeada por legitimidade. O Estado Moderno seria, dessa forma, a entidade que

concentraria certa modalidade de legitimidade, amparada em preceitos racionais e legais graças as quais detém o monopólio do uso da violência física. Segundo Bobbio, o Estado moderno ocidental se apresentaria da seguinte forma:

Nos aparece como uma forma de organização do poder historicamente determinada e, enquanto tal, caracterizada por conotações que a tornam peculiar e diversa de outras formas, historicamente também determinadas e interiormente homogêneas, de organização do poder. (BOBBIO, Norberto. 1998. Pág. 425-426)

Portanto, a sociologia política weberiana trata o monopólio do uso legítimo da força como instrumento possível somente caso haja um Estado forte, onde os detentores do poder sejam legitimados pela sociedade em bases racionais e legais. Para salientar a especificidade do Estado moderno na concepção Weberiana, vale a pena retomar os três tipos puros de dominação legítima salientados pelo autor:

A *dominação tradicional* baseia-se na ideia de temporalidade, ou seja, na validade do poder através de tradições e costumes que vigoram em determinada sociedade. A soberania é mantida segundo uma ideia de fidelidade, formada pelo tempo de exercício de poder pelo soberano. Já o *domínio carismático*, se assenta sobre as qualidades pessoais do soberano, sua liderança é exercida a partir da confiabilidade a ele dada pela sociedade. Por fim, a dominação racional-legal encontra sua legitimidade nas regras racionalmente criadas, numa lógica explicitamente funcional estatutária.

A objetividade e a impessoalidade dão forma à dominação do tipo racional-legal, instituindo uma relação de poder baseada na formalidade e possibilitada pelo caráter burocrático deste sistema. Nesse sentido, considerando este sistema burocrático como um tipo ideal cunhado por Weber, é possível dizer que o Estado se forma antes mesmo da sociedade, sendo ela construída de acordo com preceitos particularistas, normativos e hierárquicos que caracterizam a evolução das organizações sociais.

É necessário salientar que esses são tipos puros, os quais não se encontram exatamente conforme descritos pelo autor, mas são altamente

difundidas na sociedade e apresentam atualmente diferentes combinações e variantes.

A dominação através da burocracia é responsável por organizar e controlar a entidade política e a sociedade que governa, apresenta-se assim um verdadeiro sistema de exercício do poder distribuído e delimitado de forma a manter um alto nível de eficiência.

Conforme Durkheim aborda em *Lições de Sociologia* (DURKHEIM, É. 2002), a constituição de um Estado Moderno está diretamente ligada à estrutura desse organismo social, constituído por um elevado nível de organização desta instituição, menos rudimentar, mais estável e difundido, emanando poder.

Na medida em que este novo aparato estatal se estabelece, uma nova sociedade política surge, sendo o Estado um corpo formado por essa organização social. Junto a isso, soma-se seu caráter estrutural, produzido por um número considerável de grupos sociais secundários, sujeitos todos a uma mesma autoridade*. Conforme o autor, a autoridade política só se constitui como tal pela existência desses grupos secundários, ou seja, sem eles não há autoridade. A própria solidariedade que possibilita a união desses dois grupos de espécies diferentes, Estado e sociedade, mostra grande importância em seus estudos sobre a formação contemporânea dessa instituição. Vale lembrar que Durkheim se posicionava de maneira veemente contra a concepção de sociedade dos contratualistas que ambicionavam a delimitação “dos direitos e deveres dos cidadãos frente ao Estado e fixaram para este, limites definidos para sua intervenção legítima”*, partindo da ideia de que o Estado se origina no contrato social, um consenso firmado entre as pessoas para possibilitar a existência social.

Embora a sociedade política seja mais comumente considerada como a imagem do Estado, ou como o próprio Estado, o autor toma para si a liberdade de designá-lo como o grupo governamental encarregado de representar a autoridade soberana. A esse grupo competiria também manter a moral cívica, ou seja, as regras que regem as relações dos indivíduos com sua autoridade soberana.

A presente tese conceitua Estado como uma formação de agentes da autoridade soberana, baseada a partir de uma complexa sociedade política*. Esse grupo de agentes é responsável pela elaboração de representações com

alto grau de consciência e reflexão, que considerem a coletividade, e pela formação de pensamentos que tenham por finalidade dirigir a conduta social. A sociedade é dirigida pela finalidade, pelo desenvolvimento dos indivíduos numa perspectiva coletiva. Há momentos em que se espera que o Estado vá além de suas atribuições e interfira em domínios que não lhe competem, como em momentos de guerra, pois só assim sua integridade será assegurada.

A relação do próprio indivíduo perante a sociedade sofre alterações consideráveis com o advento da modernidade e da instituição a que pertence, sua própria individualidade passa a ser destinada à coletividade. A proposição de uma *moral cívica* como instrumento do Estado para gerenciar tanto seus deveres para com a sociedade, como, e principalmente, das obrigações da sociedade para o Estado, demonstram claramente o caráter de dominação e gerenciamento das relações sociais. O Estado tem o dever de assegurar a legitimidade das particularidades do indivíduo, assim como o indivíduo tem o dever de agir seguindo a premissa do bem coletivo. Encontramos assim um aumento das competências do Estado de forma considerável; embora não caiba a ele definir a individualidade de seus cidadãos, é seu dever assegurar-lhes tal direito. Embora haja um choque entre sociedade e Estado, considerando que um é produto do outro, há também equilíbrio no exercício de suas funções, não devendo agir se sua ação resultar na diminuição do outro. Assim é que Durkheim defende que o respeito ao indivíduo é diretamente proporcional à força do Estado

A formatação desse Estado tende a oscilar entre os conceitos de liberdade e de participação na vida pública, ambos valores que encontram grande relevância na modernidade.

Democracia, aristocracia e monarquia são termos que referenciam tipos distintos de formação do Estado, e que carregam em si o peso de serem consideradas mais ou menos modernas segundo seus níveis de responsabilidade, assumidas por todas as partes desta instituição visando à atividade coletiva. Segundo Durkheim, os deveres respectivos do Estado e dos cidadãos variam conforme a forma assumida pela instituição.

Embora as diferenças apontadas entre esses três tipos de organização governamental sejam, muitas vezes, difundidas e superficiais - como quando as diferenciam simplesmente pelo número de pessoas envolvidas na atividade

pública -, é necessário compreender que nenhuma forma de governo pode ser exercida por todos; sendo assim, existe sempre uma minoria exercendo poder. Esta tese se aproxima do pensamento marxista, ainda que não vá tão longe quanto Marx no sentido de compreender que o Estado moderno promove a dissolução do conceito de comunidade, sendo ele um representante da classe dominante, não da sociedade em sua amplitude. De acordo com Durkheim, a real distinção entre as formas de dirigir o Estado deve ser feita pelo nível de consciência governamental difundida na sociedade; o que realmente varia entre as sociedades é a forma como a comunicação entre governo e nação é exercida, ou seja, quanto menos isolada for a sociedade mais moderna será. Há, dessa forma, uma relação direta entre o caráter democrático e a facilidade da comunicação entre sociedade e governo, numa estreita relação da consciência governamental com os cidadãos, assimilando progressivamente mais coisas.

Considerando essas especificidades da utilização do aparato conceitual sociológico, apresentarei a seguir o papel desempenhado pelo conceito de modernidade na formação do pensamento político e social brasileiro. Trabalhando, dessa forma, numa análise específica de importantes autores e suas obras, que integram a formação desse pensamento.

CAPÍTULO II

CORONELISMO, ENXADA E VOTO

– A Face Municipalista da Modernidade Brasileira –

Oh senhor cidadão, eu quero saber,
eu quero saber com quantos quilos de medo,
com quantos quilos de medo
se faz uma tradição?²

A relação entre o município e o sistema representativo brasileiro tem muito a contribuir ao nosso debate sobre a modernização do Estado. O sistema coronelista rege essa relação, ao incorporar o mandonismo e o *filhotismo* à dinâmica local ruralista, mas também ao traçar uma poderosa teia de relações de poder e influência entre entidades municipais e chefes de Estado e do poder executivo. Tendo em vista essa forte característica do sistema político brasileiro, traçarei neste capítulo uma análise sobre o sistema coronelista e suas contribuições para a perpetuação desta estrutura que, como veremos, segundo a literatura clássica do pensamento sociológico, dificultou e atrasou o progresso e a modernização de nossas instituições. Recorrerei então ao trabalho elaborado por Vitor Nunes Leal e sua competente obra intelectual: *Coronelismo, Enxada e Voto – O município e o regime representativo no Brasil*. A presente obra foi realizada como resposta ao ceticismo democrático de muitos, à época do Estado Novo, e denunciou a falta de independência dos municípios e dos cidadãos, sendo este o principal obstáculo para uma democracia plena.

O coronelismo representa a realidade política do interior do país, é um fenômeno complexo e multifacetado que nasce com o sistema representativo implantado numa estrutura social e produtiva imprópria, e que manifesta, na figura do coronel, a fusão de suas duas faces, do poder privado e do poder público. É, pois, um fenômeno que possui variações e peculiaridades temporais e espaciais, mas que por fim representa uma forma do poder privado coexistir com a nova ordem política de ampla base representativa. Aqui, assim como na

² TOM ZÉ. *Senhor Cidadão*. Intérprete: Tom Zé. In *Se o Caso é Chorar*, Gravadora Continental, 1984.

interpretação de Sérgio Buarque que será analisada no capítulo seguinte, a indistinção entre as esferas pública e privada é apresentada como empecilho para o desenvolvimento e o progresso efetivo da política e da economia no Brasil. Há, nesta gênese do sistema, um contrato social acordado entre a esfera pública (representada pelo regime político vigente) e a privada (comandada por chefes locais e donos de terra), que os beneficia mutuamente numa espécie de troca de proveitos. Essa dinâmica política aflora o regime de dependência rural, sendo o sistema representativo a ferramenta que retroalimenta o coronelismo.

Conforme Victor Nunes é impossível compreender o sistema coronelista sem analisar em profundidade a estrutura agrarista da qual faz parte, onde se sustenta. As consequências dessa estrutura estão no mandonismo local, na política representativa falha, no sufrágio viciado, no descaso com a população rural e no controle dos demais aspectos da vida municipal. Não há, dessa forma, uma ruptura entre antigas e novas estruturas sociais, nem mesmo um confronto entre elas, há somente uma readaptação para que possam continuar vivas, comandando o sistema. O coronel passa a ser uma das figuras centrais nessa nova ordem, e assume então sua liderança, concedida pelo seu prestígio político e sua privilegiada posição econômica, sendo responsável por gerir esse regime.

Os mecanismos da propriedade privada rural, assim como sua composição social explicam a imponência dos coronéis e sua influência na política, na vida cotidiana e na economia do município e do país. Como veremos a seguir, todos esses aspectos característicos do coronelismo são analisados com a finalidade de discutir e compreender a evolução do governo representativo no Brasil. Nesta ordem política, o capitalismo assume a responsabilidade por institucionalizar e tornar possível a instalação do novo sistema, ao passo que compreende também a lógica agrarista da sociedade brasileira.

Coronelismo, o Sustentáculo Político Brasileiro

Para compreender o sistema político do regime coronelista é necessário, pois, analisar a composição rural que o favorece. A comunidade rural está

abaixo da figura de líder do dono de terras que, movido por interesses de caráter privado, é impelido pelo lucro e pelo poder que é capaz de exercer. No Brasil, esta figura se apresenta como o coronel, que rege a vida rural segundo seus interesses e exerce ampla jurisdição sobre ela, utilizando os mais variados e criativos meios para manter seu status social e econômico e posição de comando político, constituindo uma verdadeira classe dominante, tal qual especificada pelo pensamento marxista.

O poder do mandatário se inicia pela fragilidade do município; ele se aproveita desta fragilidade para ganhar espaço e, dessa forma, alimenta continuamente toda forma de vulnerabilidade com o intuito de garantir sua perpetuação. A atrofia do município era gerada por diversos fatores, entre os principais estavam: a falta de autonomia, a carência orçamentária causada pelo descaso do Estado, a interferência do governo e dos coronéis nos pleitos e na condução de indicações para administração pública, segundo seus interesses particulares. Dessa forma, a ascensão dos coronéis deveu-se principalmente a influência extraoficial destes na coisa pública, assim como das formas que o governo se beneficiava desse “acordão”. Enquanto o Estado empreende esforço para preservar o poder e a propriedade privada, a reciprocidade é a chave para o sucesso desse sistema. Victor Nunes refere-se a essa relação de cooperação como:

[...] de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (LEAL, Victor Nunes. 2012. Pág. 63)

Aos coronéis cabe o dever de utilizar a dependência da população ativa que trabalha no campo para influenciar o resultado das urnas segundo o interesse do poder público, assim como custear as despesas dos pleitos. É necessário compreender que o ato do voto em si é completamente alheio à gente da roça, pouco interessa a essa gente o resultado das urnas; em contrapartida, muito interessa satisfazer os anseios e desejos de seu benfeitor, aquele que tudo paga e que lhe ampara quando preciso, o coronel. Em troca, o governante confere ao senhor de terras o poder de nomear cargos federais e

municipais, de alocação de recursos para construção de estradas que beneficie o escoamento de sua produção, assim como diversos outros favores que constituem uma lista de ordem pessoal e de utilidade pública. A falta de autonomia municipal coabita ao lado de uma autonomia extralegal, outorgada aos chefes municipais, correligionários do governo. Essa autonomia permite que eles tenham suas opiniões respeitadas pelo governo em tudo aquilo que diga respeito ao seu município, e também lhes cede carta branca para que cometam todo tipo de arbitrariedades e utilizem da violência como desejem. Existe, dessa forma, um fator de dependência na atuação de ambos, e eles funcionam reciprocamente como determinantes e como determinados, embora a esfera governista tente dosar ao máximo o dispêndio de favores em sua busca pela vitória nas eleições.

O Estado assume um papel decisivo nesse esquema, pois não só apoia, como faz grande esforço na manutenção do sistema coronelista. A criação de um corpo burocrático e das alianças extraoficiais, representadas especialmente pelo apoio eleitoral dos chefes locais, mostra a face do Estado, que paga um caro preço para manter sua estrutura de poder e perpetuar sua elite política, e uma completa inversão do caráter representativo do sistema político. Vale-se então da dominação tradicional, mais facilmente exercida sobre o eleitorado rural que sobre o urbano, por isso o caráter agrarista do coronelismo.

Pouco sabem os donos de terra sobre sua verdadeira condição, seja de submissão ao Estado, seja de manter um sistema que, ao devorar continuamente a autonomia legal dos municípios, sintomatiza sua própria decadência, pois esse sistema não é mais que o sintoma do agrarismo, visto que a industrialização e o urbanismo são, neste momento, eras ascendentes e priorizados pelo Estado.

A confusão nas atividades administrativas, policiais e jurídicas foi um problema carregado desde nosso período colonial, e tornou-se importante ferramenta de dominação no coronelismo. A justiça eletiva que, somado ao seu caráter policial, possuía legitimidade do uso da violência fazia valer a vontade do mandatário, seja subjugando os rebeldes colonos à Coroa, seja construindo a autoridade do coronel no município e punindo a oposição infringida à elite política. Dessa forma se constituía a interferência desses agentes na vida cotidiana, influenciando politicamente julgamentos e utilizando a organização

policial como égide de seu sistema, aparelhando e dominando instituições centrais da vida pública. O chefe local então se aproveita das debilidades trazidas há longo tempo nas organizações judicial e policial por interesses próprios, e a estreita relação entre essas organizações dá-se em nome do compromisso coronelista.

O Município

Questões sobre o municipalismo permeiam, como temos visto, toda a lógica do coronelismo. Dessa forma, entender como os municípios se formam e como têm modificado sua dinâmica desde sua gênese é necessário, segundo Victor Nunes Leal. Ainda no Brasil colônia criaram-se as câmaras municipais, àquele tempo com funções diversas que enquadravam serviços administrativos, policiais e jurídicos. Uma confusão de funções, já que o conceito moderno de separação de poderes era inexistente (assim como de especialização para promoção de dinamismo na sociedade), e reproduzindo a lógica de indistinção entre público e privado que guiava a Colônia. Conforme Victor Nunes isso se deve ao meio em que essas instituições surgem, tendo em vista o sistema econômico vigente, monocultor e escravagista, era difícil a tarefa da Coroa em combater essa dinâmica municipalista. Acredito que tal especificidade vai um pouco além da interpretação feita pelo autor, já que tal sistema beneficiava a monarquia, não haveria sentido em confrontá-lo. De acordo com Caio Prado Jr.: “Se dentro do sistema político vigente da colônia só descobrimos a soberania, o poder político da Coroa vamos encontrá-lo, de fato, investido nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais” (PRADO, Caio. 1953. Pág. 28-29). O latifúndio e suas bases administrativas, as câmaras municipais, atuam como o estamento burocrático – assim como descrito por Raymundo Faoro, e posteriormente analisado neste estudo -, sendo em realidade o centro do poder social, econômico e político da Colônia, e trabalhando na manutenção e integridade das posses do rei. Ao passo que essas bases administrativas também serviam como palco das contendas políticas e conflitos de interesses entre os portugueses e a Colônia.

O crescimento econômico da Colônia seria travado então pelo impedimento das atividades de cunho industrial e melhor aparelhamento de seus comissários, a fim de impor efetivamente sua autoridade, delegando mais poder e responsabilidade ao estamento. O poder do Estado viria a se consolidar com o tempo, e para isso as contribuições da vinda da Corte para o Brasil em 1808, da Independência e da constitucionalização seriam essenciais neste processo.

Com o início do período regencial - iniciado após a abdicação de Dom Pedro I, fato que marcou o fim do Primeiro Império -, os senhores rurais detêm de fato o poder, influenciando social e economicamente não só os municípios, mas todo o extenso território brasileiro. Sendo a riqueza agrícola a âncora da economia do Império, nada mais justo que sua influência se expandisse para o plano político nacional. Com isso, há um claro esforço do Estado em acentuar as fragilidades da municipalidade, a fim de contê-la, reduzindo assim sua autonomia e evitando que se tornassem centros de grande e potente atividade política, ou seja, a anemia municipal era a ferramenta mais eficaz no processo de contenção política do interior.

Assim nascia o sistema republicano no Brasil, com uma máquina política que expressava forte relação entre o Estado e municípios. E, embora a revolução de 1930 aspirasse dismantelar essa lógica e instaurar um sistema eficiente e dinâmico, a Constituinte de 1934 não foi bem sucedida em trazer esses ideais à realidade, pois o enfraquecimento do município contribuía diretamente para a continuidade e manutenção da centralização do poder. Dessa forma, com o advento do federalismo, houve uma consolidação dos estados em detrimento dos municípios. A distribuição das receitas, seja na Colônia, no Império ou na República, era deveras desigual, tratamento diferente do que era dado aos centros urbanos. Como já foi dito, a organização dos municípios não era eficiente em tratar suas disfunções, já que as relações de poder eram instituídas em detrimento do desenvolvimento igualitário, causando escassez de receita e anemia municipal.

Observa-se claramente que conforme essa linha interpretativa endossada por Victor Nunes Leal, a ordem política pouco mudou ao longo das reformas do Estado, o poder continuou centralizado e o município desassistido. A vitória dos que defendiam um municipalismo mais autônomo, com a garantia

de eleições para prefeito e vereador, veio acentuar o problema ao adicionar o poder e a influência dos chefes locais e donos de terra na dinâmica política nacional, quando os coronéis passam a interferir efetivamente no processo eleitoral, tornando assim o processo mais complexo e dificultando seu desmantelamento.

Voto de Cabresto, o Processo Eleitoral Vicioso

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. (LEAL, Victor Nunes. 2012. Pág. 45)

Conforme a extensão do direito ao sufrágio à comunidade rural, e compreendendo que ela não possuía capacidade de exercer seus direitos políticos, nada mais lógico ao Estado que propor uma aliança entre o poder público que se fortalecia e a classe que se encontrava em franco declínio, mas que comandava essa comunidade rural, qual seja, os coronéis. É importante salientar que, não fosse a decadência do sistema agrarista, resultado da ascendência do urbanismo e do industrialismo, o coronelismo não sentiria tamanha pressão em manter sua ligação política com o poder público.

Victor Nunes Leal observa que no sistema eleitoral pré-Revolução Constitucionalista de 1932 a composição das mesas eleitorais era de fundamental importância, já que lhes cabia a função de apurar os votos. A composição dessas mesas era feita de forma parcial, por nomeação, conferindo ao processo eleitoral caráter duvidoso, já que o processo de apuração era comprometido, sendo a dependência política dos juízes nomeados para compor a mesa sua principal causa. A organização judiciária deficitária não fora corrigida, perpetuando o sistema fraudulento das eleições.

A extensão dos direitos sufragistas à comunidade rural também viria favorecer esse sistema de fraudes eleitorais, assim como fortalecer o coronelismo, transferindo a ele papel decisivo no processo dos pleitos e, conseqüentemente, na arena política nacional. Sobre isso, Victor Nunes é assertivo ao reconstituir a atmosfera da época ao dizer que o fim do sistema

escravagista e a extensão do direito de voto aos trabalhadores rurais resultaram numa crescente influência dos donos de terra e chefes locais sobre o eleitorado, devido a sua condição de submissão. Esse sistema é alimentado pela estrutura agrária que perpetua a cultura de submissão e abandono desses trabalhadores.

Para o autor, o sistema representativo brasileiro tem sido açoitado continuamente com a prática institucionalizada da corrupção em âmbito eleitoral, sendo esta uma prática culturalmente enraizada. Embora as reformas republicanas tivessem a preocupação de melhorar o panorama eleitoral, eram ainda nítidas suas sucessivas falhas em corrigir problemas graves como a coação e a fraude eleitoral. Isso demonstrava a grande fragilidade e imaturidade da nossa política representativa, e servia como combustível para a instalação do maquinário coronelista. A simples presença do cidadão no governo, pressuposto básico da ideia moderna de representação, não é efetiva quando não se respeitam outros elementos básicos e necessários para fazer valer esse direito republicano.

Todos esses fatores reforçam a influência governista nos resultados dos pleitos, indicando que o posicionamento dos chefes locais e a sujeição de seu eleitorado eram condições decisivas para estas deliberações.

O sistema eletivo também é objeto de análise de Victor Nunes na esfera da administração municipal, observando que as câmaras municipais tem uma tradição eletiva de longa data, onde, mesmo sendo institucionalizado somente na constituinte de 1891, o cargo de prefeito já existia, mesmo que fossem poucos os casos. Vemos então representado na Primeira República a autonomia dos estados em detrimento da autonomia municipal, que encontra inúmeras restrições no processo de eleição de seus prefeitos, enquanto os estados gozam de grande liberdade em sua organização política.

A eletividade para o cargo de prefeito é estabelecida como regra nas Constituições de 1934 e 1946, embora ainda houvesse casos excepcionais em que a nomeação era possível. Com isso é estabelecido um caráter básico ao sistema político, com o sufrágio atuando como instrumento básico para que a população, em sua amplitude, exerça seus direitos políticos, conforme ditam os pressupostos primordiais de qualquer Estado democrático.

O voto de cabresto é esta prática culturalmente difundida de comandar o resultado das urnas, influenciando a comunidade rural desfavorecida a seguir seu mando. O argumento de Victor Nunes é cristalino quando trata de questões relativas ao eleitorado rural e sua cognição deficitária, impossibilitado de expressar vontade política própria, considerando que o mundo político é completamente alheio a essa gente. Dessa forma, o autor trabalha com a ideia de herança política, e assinala que enquanto esta estrutura perdurar será impossível programar um sistema político moderno, pois com esse sistema a disputa eleitoral inexistente e, assim sendo, o sistema representativo simboliza uma falácia.

Considerações Finais

Para Victor Nunes Leal, embora o coronelismo atue na esfera local, sendo praticado em municípios do interior, predominantemente rurais, é certo que sua política se reflete em âmbito nacional, pois, embora seu mandonismo fosse local, sua trama política rompia as barreiras municipais, sendo assumidamente uma conexão entre o interior, o Estado e a União. E, embora pertencessem a dinâmicas essencialmente distintas, conectavam-se e invadiam os terrenos um do outro. A construção analítica do autor atribui ao isolamento, que está diretamente ligado a municipalidade desse sistema, a função de construir e manter, caracterizando assim a rarefação do poder público, que cede margem para a instalação de uma ordem extraoficial.

Essa ordem é construída a partir de dois atores, o representante do poder privado decadente, impelido a lutar pela manutenção de seu conteúdo residual, e o poder público em franca ascendência, fortalecido com o surgimento da república federativa e do sistema representativo. A aliança entre a classe dos senhores de terra e a elite política representa assim o aparelhamento do Estado, uma superposição do regime representativo, sem o qual o coronelismo não existiria com tal importância. Esta aliança se assentaria então na fragilidade de seus dois principais atores para ser bem sucedida, de um lado a fragilidade imposta pela decadência, de outro a fragilidade advinda de um sistema político fraudulento e corrupto que apostava numa representatividade ainda inexistente. Dessa forma, o êxito do acordo garante a consolidação de

ambos no quadro político e econômico brasileiro, garantindo que a condução da máquina estatal favoreça a economia ruralista e a perpetuação da elite política.

Embora a continuidade desse regime fosse ameaçada pela legislação eleitoral da Segunda República, que minava consideravelmente a influência governista nos pleitos, assim como a crescente economia industrial, que tirava pouco a pouco a soberania ruralista, o sistema representativo e o coronelismo permaneciam firmes, pois seus instrumentos para perpetuação do *status quo* eram utilizados indiscriminadamente. Entretanto havia, de certo, uma forte inclinação para sua ruptura, já que o próprio sistema valia-se da decadência do ruralismo ao jogar luz sobre a ação contínua de forças externas poderosas que tencionam à sua desagregação.

Dessa forma, o autor segue esta linha analítica a fim de traçar as relações entre poder público e privado, a inadaptabilidade do sistema representativo à maior parte da população brasileira que, em sua expressiva parcela agrarista, permanecia atrasada civicamente e intelectualmente, características de seu isolamento e de sua fragilidade perante o Estado. Esses problemas estruturais marcariam o cerne da problemática do atraso da sociedade brasileira, sendo tais problemas considerados como características de uma formação política mal estabelecida, que se sobrepõe à realidade cotidiana da sociedade brasileira. É importante compreender como essa estrutura interfere na nossa capacidade organizacional que, gerada a partir de uma instável estrutura social, estaria no centro do debate da modernização do Estado, e na posição periférica que o Brasil se encontra nesta ordem mundial de modernização.

Esta interpretação realizada por Nunes Leal nos remete diretamente ao discurso sociológico da modernidade, segundo o qual é possível observar como nossa sociedade se encontra impossibilitada de avançar rumo a um aparato estatal sofisticado e ágil, sem a interferência de interesses egoístas do corpo político, na perspectiva do autor liderado pela face rural da nossa estrutura estatal, assim como de que forma o corpo social se mantém coeso, mesmo que amorfo. Em sua obra, ao abordar a dinâmica e a relevância do município em âmbito nacional, o autor traz luz ao problema institucional coronelista que gera o conflito de interesses responsável por travar o avanço e o processo de modernização da sociedade brasileira.

CAPÍTULO III

– A Sociedade Particularista de RAÍZES DO BRASIL –

A contribuição de Sérgio Buarque de Holanda à interpretação da constituição e desenvolvimento da sociedade brasileira revela uma profunda reflexão sobre suas raízes ibéricas, remontando às bases desta nação e investigando de que forma a origem e influências herdadas de seus colonizadores constituíram obstáculo à modernização do país e de suas instituições políticas, econômicas e sociais. A utilização do termo “raízes” tem o intuito de definir o início, assim como a essência, da formação da sociedade brasileira. Sendo assim, Holanda se empenha em traçar, numa narrativa historiográfica e interpretativa, de forma ensaísta, a identidade brasileira. Há, dessa forma, uma jornada em busca da compreensão da nossa formação social, a partir de uma profunda análise histórica do contexto colonial estabelecido por Portugal. Deparamo-nos desde o início da obra com a questão da modernidade, nota-se a inquietação do autor em compreender o fenômeno moderno no Brasil segundo a perspectiva da colonização ibérica. Dessa forma, considerando a importância desta obra, e do pensamento de Buarque de Holanda acerca da sociedade brasileira e seus desafios, é crucial analisá-la, tendo em vista o esforço aqui empreendido, de investigação das interpretações acerca do fenômeno moderno e sua relação com o Brasil. Considerando isso, mostrarei de que forma o autor aborda os dilemas estruturais que marcariam o cerne da problemática do atraso na sociedade brasileira, sendo tais problemas considerados uma má herança recebida de nossos colonizadores. Nossa incapacidade organizacional, gerada a partir de uma instável estrutura social, seria o centro dessa questão.

Analisando a obra à luz de seu tempo é possível encontrar chaves explicativas aos profundos desafios políticos institucionais do Brasil, assim como resgatar a inquietude manifestada no país, num contexto de mudanças sociais pontuais e estagnação na modernização das demais entidades, que paralisavam politicamente e economicamente o Estado. Essa recuperação da memória colonial brasileira realizada por Holanda aspira encontrar os meios para superação da má herança colonial, largamente explorada e analisada pelo

autor em sua obra, assim como montar um perfil que represente os padrões de comportamento da sociedade brasileira e de seu abrangente Estado. Dessa forma, mostra-se necessário a observância de *Raízes do Brasil* neste processo investigativo que propus realizar, considerando sua relevância para a formação do pensamento político brasileiro e o trabalho de articulação de visões realizado por Buarque de Holanda, a fim de trazer a riqueza do diagnóstico sóciohistórico realizado pelo autor para o presente trabalho, e assim tornar claro de que forma a produção do conhecimento político constrói sua narrativa sobre o fenômeno moderno nestas terras.

Herança Europeia e Rural

A empreitada da colonização do Brasil nos traz ricos esclarecimentos acerca das formatações que receberam suas instituições, em sua totalidade, ideias e formas de convívio. As peculiaridades características desta terra não foram consideradas no processo de colonização e de formação do seu corpo social, conforme Buarque de Holanda, houve a timbragem de todos os aspectos trazidos pelos portugueses em ambiente pouco favorável a eles, criando assim uma estrutura social frouxa e pouco coesa, sendo estas as características que marcam profundamente o insucesso no processo de modernização. Embora Portugal mostrasse sua face pioneira com singular vitalidade é possível perceber um grande esforço e persistência em manter uma unidade política e econômica, marcadamente meritocrática e personalista, entre a nação e suas colônias, sem trabalhar numa adequação que considerasse as particularidades de cada terra. Essa ausência de adaptabilidade pode ser considerada o entrave para a dinamização de suas instituições e de seu corpo social.

A este quadro de permanente instabilidade social soma-se a ausência de uma moral do trabalho, disciplina e racionalização que, de acordo com Holanda torna vã a busca por importação de sistemas bem sucedidos em sociedades modernas, colocadas no contexto da ordem mundial vigente como exemplo para as demais. Seria assim a sociedade brasileira formada segundo um sentido aventureiro, não trabalhador, este é o princípio que regula a atividade neste corpo social, guiado pela busca de ganhos sem esforços - Caráter que,

embora seja considerado construtor de fragilidades na vida social, exerce grande contribuição na criação de condições para adequação de costumes e padrões de convivência de povos estrangeiros nestas terras -.

Nesta dinâmica colonial, regida por um sistema semicapitalista, a força de trabalho era elemento decisivo para o sucesso da empreitada. Dessa forma, Portugal exprimiu toda sua capacidade e experiência no sistema latifundiário e apresentou o negro como fator decisivo e obrigatório em seu desenvolvimento, aproveitando assim a abundância de terras férteis e sanando a problemática do trabalho. Mas o sucesso da implementação deste sistema produtivo não significou seu progresso, a concepção da produção sofreu com a ausência de ousadia do português, que resistiu a inovações técnicas e manteve-se fiel a rotina de seu processo produtivo. A persistência brasileira no tipo predatório de produção, em detrimento de um sistema intensivo, representou a ideia de que seus métodos tradicionais eram melhor aceitos no tratamento deste solo, mas também representou sua estagnação frente ao amplo progresso mostrado pela Europa.

Este modelo de colonização se contrapôs ao aparente sucesso holandês na região Nordeste do Brasil, calcado em sua capacidade de trabalho e na sua forte coesão social. Sobre os argumentos para o fracasso holandês no Brasil o autor apresenta uma série de argumentos problemáticos e questionáveis, como a incapacidade de adaptação do europeu do norte em terras tropicais, o melhor relacionamento dos portugueses com outras raças, a ausência de orgulho racial também estaria presente e seria responsável pela mestiçagem, assim como a maior facilidade de indígenas e negros em compreender a língua portuguesa e castelhana, fato constatado pelas jornadas de catequização, em contraponto com a língua holandesa.

Percebe-se assim a importância do latifúndio e da zona rural na construção na identidade nacional brasileira, que teve sua estrutura formada fora do meio urbano, como afirma Sérgio Buarque de Holanda, tendo raízes ruralistas. Nesta estrutura a cidade mostrava-se completamente dependente, servindo aos interesses rurais e políticos da colônia, situação que só começaria a mudar no fim do século XIX com o fim do sistema escravagista. A importância do interior era refletida também na arena política, como vimos anteriormente, o coronelismo é a maior expressão da dinâmica e da estrutura político-

econômica do Brasil, pois representa a influência exercida sobre o monopólio político, e também sobre a estabilidade das instituições. O latifúndio se fundamenta e comporta como um organismo completo, regido pela figura do senhor de engenho, que tudo controla através do mandonismo desmedido e despótico. O autor afirma então haver uma ligação íntima entre a abolição em 1888 e a intensificação da urbanização. Segundo ele este é o marco histórico que define a transição entre a imaturidade produtiva e o sistema de mercado que mostrava competência para triunfar em meio às cidades, segundo Holanda “das cinzas do tráfico negreiro, iria surgir uma era de aparato sem precedentes em nossa história comercial” (HOLANDA, Sérgio Buarque. 1995. Pág. 77).

O núcleo familiar tem importância vital na manutenção desta ordem rural que, segundo o autor, mostra-se como o setor da vida colonial com maior força e expressão, imposta pela imponente figura do patriarca. Este arranjo social determinava não só o desempenho da vida no núcleo familiar, transcendia esta barreira e se refletia claramente na vida social e na organização pública, trazendo à essas esferas o caráter particularista e *antipolítico* típico da vida doméstica. Essa mescla de valores e práticas comportamentais entre a vida particular e a esfera pública resultaria num cenário onde os interesses particulares predominam e suplantam os interesses públicos. Sendo assim a sociedade civil e política, conforme dita Buarque de Holanda, constitui um prolongamento do núcleo familiar, e constrói uma identidade nacional tipicamente patrimonial, segundo as reflexões do autor e sua interpretação da teoria weberiana.

Observamos que essa sociedade é construída e mantida segundo valores tradicionais que torna incompatível a fixação de modelos mais avançados de dinâmicas institucionais, como pôde ser observado nas iniciativas infrutíferas de vestir no país um manto moderno que não lhe cabia. Buarque de Holanda afirma que enquanto tais regras continuassem a reger a dinâmica nacional, permanecendo intatas tais lógicas na vida social e na atuação política, avanços só seriam possíveis superficialmente ou artificialmente. O autor cita que “era preciso, para se fazerem veneráveis, que as instituições fossem amparadas em princípios longamente consagrados pelo costume e pela opinião” (HOLANDA, Sérgio Buarque. 1995. Pág. 86), para que o exercício do Poder, e a atuação das instituições políticas fossem legitimadas, pois a colonização portuguesa

havia imposto tal caráter à sociedade brasileira, de forma a alicerçar uma mentalidade estereotipada e de difícil desconstrução.

O Homem Cordial e a Impessoalidade Moderna

A relação entre família e Estado pode ser considerada o núcleo da articulação analítica empreendida por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. De acordo com ele uma sociedade moderna é marcada pela ruptura entre a estrutura familiar e o Estado, essa ruptura em muitos casos acaba por gerar até mesmo uma relação de oposição entre essas duas esferas, havendo assim uma espécie de transcendência. Isso demonstra a predominância, em sociedades modernas, das leis gerais em detrimento das leis particularistas. A lógica da impessoalidade pode ser considerada um dos fenômenos mais importantes do capitalismo que, com o advento do sistema industrial inspirou dinamismo e impessoalidade numa larga estrutura hierárquica. Como afirma Holanda, foi a partir do:

moderno sistema industrial que, separando os empregadores dos empregados nos processos de manufatura e diferenciando cada vez mais suas funções, suprimiu a atmosfera de intimidade que reinava entre uns e outros e estimulou os antagonismos de classe. O novo regime tomava mais fácil, além disso, ao capitalista, explorar o trabalho de seus empregados, [...].(HOLANDA, Sérgio Buarque. 1995. Pág. 142)

O processo de reformulação das relações familiares na sociedade moderna causa, além do estranhamento inicial, uma série de crises estruturais. Dessa forma, os princípios que ditam a dinâmica social contemporânea são abstratos, e obedecem a comandos estruturais inteiramente novos, como agilidade e impessoalidade. Considerando este processo com a agressividade intrínseca a ele é possível afirmar que ele suplanta rapidamente a antiga ordem, e que seus remanescentes são suplantados sem compaixão. A ideia de família passa a não corresponder mais ao andamento do Estado e de suas instituições, e os valores sociais positivos passam a ser da iniciativa pessoal e da concorrência entre cidadãos. No Brasil, onde a família patriarcal encontra-se nas bases da estrutura social, a urbanização e o capitalismo industrial não

encontram espaço para desenvolverem-se plenamente, gerando assim um quadro permanente de crise e desequilíbrio, onde os cidadãos e o sistema são podados de sua capacidade e potencial.

Há, dessa forma, no Brasil um caso diferente do idealismo capitalista difundido nas sociedades modernas. A ordem familiar se comporta de forma inversa a essa apresentada, sendo ela quem transcende a ordem geral, não o contrário. Ordens que deveriam se comportar de forma a gerar uma descontinuidade entre elas, por fazerem parte de círculos distintos em essência, trazem um caráter de continuidade. Dito isto basta analisar a influência das vontades particulares nas tomadas de decisão pelos funcionários que compõem o sistema administrativo, assim como a qualificação técnica e os interesses por trás da atuação do funcionário público. Que sugere uma invasão do núcleo familiar nesse sistema, considerando que o patriarcalismo, em sua forma mais primitiva, fez do círculo familiar o mais desenvolvido na sociedade brasileira, gerou-se assim um sistema administrativo particularista. Holanda aborda este caráter societal e explica esta realidade singular brasileira, opondo assim o perfil do funcionário “patrimonial” e do burocrata, que segundo sua interpretação da teoria weberiana sugere a seguinte lógica:

Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. (HOLANDA, Sérgio Buarque. 1995. Pág. 146)

Esta relação do cidadão com a administração pública não está ligada a interesses objetivos e a ordenação impessoal. A família sempre ocupou posição de força e destaque na ordem social brasileira, estendendo sua

influência dentro e fora de seu núcleo. Encontra-se aqui a noção de Sérgio Buarque de um sistema patrimonialista brasileiro, devido ao caráter particularista desenvolvido no seio de nossa sociedade. A falta de impessoalidade no exercício da vida pública gera um problema estrutural nessa sociedade, que somente em poucos casos encontra espaço para uma atividade pública onde predomine interesses objetivos.

A constante tentativa de personalizar as relações interpessoais é compreendida e abordada em *Raízes do Brasil* como “cordialidade”. Sendo assim, Holanda trabalha com mais um tipo ideal, considerado o principal de sua obra, do “homem cordial”, que caracteriza o personalismo inerente à sociedade brasileira. Este conceito traz consigo todo o peso da cultura rural e familiar, que formam o gene e o alicerce da sociedade brasileira, para explicar a identidade desta sociedade marcadamente humanizada e guiada segundo um desejo de intimidade em suas relações, ou seja, o núcleo familiar e seu caráter informal reflete-se diretamente no convívio social. Este homem cordial é produzido segundo um padrão de sociabilidade criado por esta estrutura patriarcal, dando forma a um conjunto social inconsistente e indisciplinado, guiado por interesses próprios.

Novas Perspectivas

Para traçar uma análise coerente sobre a obra *Raízes do Brasil* é necessário compreender que ela lança olhar crítico e interpretativo sobre a nação formadora da sociedade brasileira, ou seja, Portugal, questionando assim até que ponto o Brasil mostra-se capaz de representar tudo que herdou de seus colonizadores, seja nas formas de convívio, nas instituições sociais e políticas, ou na dinâmica econômica. Neste ponto encontramos o foco principal do autor.

Holanda publica sua obra num momento delicado para o Brasil, o país se encontra num período de incertezas políticas e econômicas, dessa forma o autor expressa sua interpretação sobre esta sociedade com a finalidade de esclarecer os motivos que levaram o país a ocupar posição marginalizada no movimento moderno liderado pela comunidade europeia. Assim sendo, ao construir o argumento de que a sociedade brasileira, conduzida segundo uma

dinâmica essencialmente rural, se caracteriza pela cordialidade, o autor esclarece seu suposto atraso seguindo os pressupostos da sociologia clássica de que sociedades modernas seguem um padrão de dinamismo institucional e de clara distinção entre instâncias públicas e privadas. Esta cordialidade seria resultado de um padrão colonial ibérico, e o intuito de abordar o domínio colonial português na dinâmica social brasileira, na forma de herança *non grata*, visibiliza a necessidade de superação dessas barreiras ao seu avanço. Isso sugere a necessidade de uma revolução que altere tanto o corpo social como sua forma de ação, e essa reformulação social somente seria possível praticando um sistema democrático real. Essa revolução seria vertical, feita pelo povo, e destruiria as velhas e ineficientes instituições, que só se mantêm firmes por tradição.

É necessário admitir que embora o fenômeno não moderno no Brasil seja reconhecido em vários momentos, nos deparamos com outras características sociais que mostram um pioneirismo modernista. Seria este o caso, por exemplo, da ausência de um sistema hierárquico que predominava não somente nas nações lusitanas como também no Brasil. Este se torna um traço moderno ao considerarmos que isso desencadeia uma maior competitividade entre os cidadãos, pois o que é realmente valorado nessas sociedades é o prestígio pessoal. Tendo em vista que a hierarquia é julgada como irracional por fundar-se numa lógica de privilégios não seria coerente adotá-la como pressuposto válido.

Por fim, embora o autor trabalhe com estes e demais conceitos, e detenha tamanha atenção à forma como a conduta desta sociedade encontra-se demasiada configurada pelo recinto doméstico, Buarque de Holanda não intenta senão explorar sua capacidade de superar a má herança colonial e modernizar-se (segundo preceitos preestabelecidos pela literatura sociológica clássica, notadamente presente em sua obra sob a perspectiva weberiana). Afinal, a realidade presenciada pelo autor apresentava uma sociedade economicamente estagnada e prosaica, uma elite autoritária e prepotente, e uma sociedade amorfa.

CAPÍTULO IV

– Raymundo Faoro e o Patrimonialismo Brasileiro –

*“O que se trata é de entender os padrões de relacionamento entre Estado e sociedade, que no Brasil têm se caracterizado, através dos séculos, por uma burocracia estatal pesada, todo-poderosa, mas ineficiente e pouco ágil”.*³

A formação do capitalismo sem a passagem por etapas fundamentais, previstas segundo a experiência europeia da modernidade, constitui a base argumentativa de Raymundo Faoro em sua obra *Os Donos do Poder*. Dessa forma, o autor trabalha a matriz histórica da sociedade brasileira segundo a tese do patrimonialismo, considerando esta característica do Estado a base fundamental da formação social brasileira bem como fator da emergência de um Estado moderno no Brasil. De acordo com Faoro, à época da formação do Estado-nação português, o estamento se caracterizava como um grupo que emana poder político, trabalhando de forma a assegurar sua própria perpetuação e a centralização do poder, tornando a estrutura do poder rígida e inelástica e controlando o Estado e a sociedade a partir das vontades e anseios da Casa Real portuguesa. Faoro descreve o estamento como o corpo político que detém a legitimidade para exercer o poder, sobre esta ordem política e a dinâmica social que se estabelece ele afirma:

O poder – a soberania nominalmente popular – tem donos que não emanam da Nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios e não mandatário. O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, o que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política e a nacionalização do poder [...]. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou. (FAORO, Raymundo. 2012. Pág. 837)

³ SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Publit, 2007. Pág. 56.

Tendo em vista essa perspectiva da obra de Raimundo Faoro, abordarei neste capítulo a construção argumentativa do autor, segundo a qual a configuração política patrimonialista, conforme a atuação do corpo estamental, conseguiu atravessar os séculos e posteriormente definir os rumos da formação da sociedade brasileira e de sua experiência moderna. De acordo com o autor, a modernidade brasileira mostra-se falha, e suas instituições apresentam incapacidade de emular o êxito da estrutura capitalista europeia.

Da formação do estado nacional português à república brasileira, considerando as inúmeras crises econômicas e sociais, assim como as reformas do Estado, observou-se uma instituição que se manteve firme todo o tempo, a patrimonialista. Esta instituição, que assentaria sua legitimidade na tradição, desabrochou e fortaleceu o capitalismo politicamente orientado para satisfazer os anseios do quadro administrativo, ou seja, mais um capitalismo político que moderno, pois é este sistema econômico de produção que se adequa a lógica da sociedade patrimonialista brasileira, não o contrário. O estamento, corpo burocrático que torna concreto o sistema patrimonialista e o poder político, administra, pressiona e mantém a integridade do Estado, de sua economia, de sua política e, dessa forma, de sua sociedade, de acordo com seus imperativos, tolhe a autonomia dessas instituições e áreas, travando o processo de modernização do Estado ao lhe impor diversos obstáculos. A partir da análise da estruturação desse sistema, de sua expansão e fortalecimento, Raymundo Faoro descreveu os fenômenos que conceberam e moldaram a sociedade brasileira, mostrando assim suas peculiaridades e sua singularidade. A compreensão acerca da perpetuação desse sistema, assim como de suas estratégias de ação e dominação do corpo político, seriam as chaves para a interpretação da realidade contemporânea do Brasil.

Origem do Estado

Raymundo Faoro inicia sua análise sobre a formação social brasileira a partir de uma interpretação do papel colonial exercido por Portugal que, de condado a nação, desponta como pioneira em sua formação nacional, numa estrutura organizada por um soberano que exercia poder absoluto como senhor

e autoridade incontestável, onde o poder e as posses do rei se estendiam sobre todo o reino, sempre trabalhando a serviço da acumulação de posses. Tal era a extensão do patrimônio da coroa que a noção de diferença entre público e privado era, por assim dizer, inexistente. O soberano, ao exercer seu poder, tudo possuía e tudo comandava segundo seus anseios.

De acordo com o autor, o Estado patrimonialista português se assentaria, dessa forma, numa ordem essencialmente burocrática, onde o rei tudo controlava e administrava, da política ao comércio, por meio de seu poder e soberania. O Estado seria uma empresa do rei, e o patrimonialismo seria a ferramenta que possibilitaria a expansão do capitalismo comercial. Portugal já mostrava diversos sinais de modernidade desde sua concepção como nação, exibindo seu pioneirismo de diversas formas em diversas áreas, sendo a lógica empreendedora a marca da Dinastia de Avis, no século XIV, e a maior expressão dessa modernidade.

Sobre o papel colonizador empreendido por Portugal, Raymundo Faoro afirma ter existido uma vista utilitarista sobre as terras brasileiras recém-descobertas desde o primeiro momento. Os colonos se encontravam ávidos por lucro, seja por ouro e outros metais preciosos, seja por especiarias, o que realmente ansiavam era a extração de alguma forma de comércio que o novo mundo poderia lhes proporcionar. Quando se deparam com a realidade dessas terras, ao não encontrarem ouro ou prata em abundância como haviam sonhado, sugam dela o que lhe encontram de maior valor, sendo o pau-brasil o primeiro objeto de exploração para comercialização. Como Celso Furtado defende em sua obra *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, Celso. 2007), essa nova colônia era no início nada mais que uma rota comercial que deveria dar lucro de alguma forma à Coroa portuguesa.

E é nessa linha utilitarista da terra, que visava sempre os benefícios comerciais que a colônia proporcionava, assim como seu potencial de expansão, que são instauradas as feitorias no Brasil. A perspectiva espacial da colônia cede espaço para a perspectiva administrativa desta. No entanto, as feitorias não vingariam, exatamente pela grande extensão territorial que compunha a colônia, o que a tornava difícil de ser defendida pelos colonos contra invasões de outros países. De acordo com Faoro, é nesse novo contexto do processo colonizador que a Coroa se vê impelida a assegurar seus

negócios na colônia de forma estável, dessa forma, os tentáculos do estamento português pousam sobre a terra conquistada. Isso ocorreu, pois havia a necessidade de assegurar não somente o lucro e a produção, fatores estes que preponderavam na mente dos homens de negócio que até então conduziam a colônia, mas também era necessário administrar e preservar o patrimônio real.

Mas, o que no início se mostrou uma política de povoamento e ocupação do território colonial brasileiro por meio do regime sesmarial, passaria a ser uma tática de apropriação de terras para a produção agrícola. Sendo o sistema das sesmarias concessões de pedaços de terras aráveis para produção, essas terras concedidas se não devidamente produtivas, ou seja, deixadas ociosas por seus administradores, eram passadas a outros que tivessem a capacidade de torná-la rentável. Com a apropriação dessas terras teria início o sistema dos latifúndios, tão importantes economicamente, principalmente com a produção de algodão e açúcar.

Considerando que a sociedade é moldada segundo o conteúdo do Estado é possível compreender o que motiva a sociedade brasileira a continuar incapaz de desarticular o aparelhamento de suas instituições, de reconhecer sua desvantagem e como ela é estruturada sobre este corpo social. Segundo Faoro:

Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político – uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. (FAORO, Raymundo. 2012. Pág. 824)

O Papel do Estado

Para que essa estrutura patrimonial vingasse era necessário um trabalho de organização. Visando esta necessidade entraria em cena a atuação do estamento, grupo que, sob a tutela do rei, dirigiria os negócios da Coroa. Este grupo, o estamento, não é considerado como casta ou classe social, pois é um órgão do Estado, não categoria social; é tido como uma corporação, uma comunidade de poder para o exercício do poder, visando administrar o Estado e a sociedade de acordo com a vontade do soberano, é um zelador da supremacia do poder. Essa formação estamental portuguesa já difere, em

essência, daquela estabelecida pela doutrina weberiana, que a apresenta como um corpo autônomo perante o soberano.

O estamento começa a ser considerado como trava para a modernização da nação portuguesa, não atendendo as necessidades de modernização de técnicas de produção, aquisição e mercado de bens. Este acaba sendo responsabilizado por uma espécie de paralisia estatal e comercial, pois apresenta ideário conservador, resistente a reformas de qualquer ordem. Mesmo com isso em vista, esta estrutura foi bem consolidada em Portugal, e serviu bem aos interesses da Coroa, dessa forma se veria impelido a transplantar o mesmo sistema no Brasil. De acordo com Faoro, é no novo contexto do processo colonizador que a Coroa se vê impelida a assegurar seus negócios na colônia de maneira estável, dessa forma, os tentáculos do estamento português pousaram sobre a terra conquistada.

A crescente necessidade de garantir efetivamente a posse dessas terras só se tornou possível quando a Coroa as converteu numa extensão de suas posses, encarando-as como um negócio do rei, integrando a colônia na estrutura patrimonial tecida e consolidada a longo tempo por Portugal. A partir daí tem início uma nova etapa da colonização do Brasil, estruturada a partir do povoamento das terras, quando os colonos adentram efetivamente o território que até esse momento só se via povoado em suas áreas costeiras. Note que na avaliação de Faoro essa tática do povoamento só ocorreu de maneira secundária, sendo a tática primária sempre a de auferir da colônia suas riquezas para alimentação do sistema mercantilista, ou seja, a colônia era considerada uma rota comercial. Dessa forma presenciamos o desabrochar do patrimonialismo português nas terras brasileiras através do estamento.

Além da questão de segurança territorial da colônia outro fator teve grande relevância na exportação de um corpo estamental burocrático de Portugal para o Brasil. De acordo com Raymundo Faoro a administração da colônia se encontrava deveras fragmentada e dificilmente se fazia valer a vontade do rei nessas terras, o que tornou necessário a implantação de uma ordem que regimentasse a dinâmica da colônia. Temos aí a gênese do sistema de serviços públicos no Brasil, como forma administrativa da colônia, com ministérios e demais postos governamentais, e organização militar. Dessa forma, Faoro caracteriza o estamento e descreve suas atribuições

classificando-o como comunidade política, que teria como responsabilidade conduzir, comandar e supervisionar o andamento da coisa pública, assim como os interesses econômicos do Estado, como negócios seus (FAORO, Raymundo. 2012. Pág. 819).

O esforço feito por Raymundo Faoro ao detalhar de forma minimalista a formação do estado-nação português, e de seu estamento, como um grupo que emanava poder político e, dessa forma, controlava o Estado segundo as vontades e os anseios da Casa Real portuguesa, torna possível a interpretação da formação do Brasil segundo uma visão patrimonialista. Para o autor, essa configuração política definiu a formação da sociedade brasileira, e nos proporcionou a chave explicativa de nossa economia politicamente orientada, bem como dos obstáculos ao seu avanço, modernização e expansão. Esse quadro administrativo estatal atravessaria os séculos, se mantendo firme todo o tempo como grupo dirigente. Essa travessia de séculos, sem que a estrutura não se desmontasse, mesmo tendo em vista as diversas reformas que o próprio Estado passou ao longo desse tempo, mostra uma força descomunal por parte do estamento que se mostra incansável em sua luta pela manutenção de sua posição social e de seu poder. Mais que isso, essa hipótese mostra uma força descomunal também por parte do autor, que ao utilizar inúmeros fatos históricos e um grande acervo de documentações, de diferentes épocas, executou exaustivamente trabalho de conferir a sua tese mais força e forma, tomando para si, todo o tempo, o desafio de tornar seu trabalho alicerçado e inabalável.

Outro ponto importante que, segundo Faoro, tem relação direta com a questão do impedimento da modernidade no Brasil seria a incapacidade de exercer uma política de forma representativa. Como já observado por Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto*, anteriormente analisado no presente trabalho, o sistema representativo brasileiro nunca foi levado a sério, e serviu como ferramenta de dominação e manutenção do sistema coronelista, este fator tende a desenvolver desequilíbrios políticos causados diretamente por uma debilitada capacidade de articulação social, sendo possível observar claramente a influência exercida pelo Estado na vida privada e, por fim, onde encontramos aqui uma sociedade politicamente amorfa.

Mudanças de Ordem Política

Com a independência do Brasil os donos do poder se deparam com um novo panorama político (agora que a colônia se tornara uma nação livre), e devem se encaixar nele de alguma forma. Num embate entre novas forças, a da soberania popular, a que defendia a instauração de uma república democrática e a que lutava por manter o reinado, tentou-se instituir o imperialismo constitucional que equilibraria as forças que pressionavam fortemente a reforma política, forças estas que clamavam por liberdade enquanto outras clamavam por um poder executivo forte. Este momento histórico é marcado por severas crises financeiras, numa mudança gradual do então desacreditado sistema econômico, e pela reformulação do quadro político.

O caos que permeava o sistema político repercutia seriamente no sistema econômico, que após a independência atravessou penosas dificuldades, causadas por uma desordem financeira quase generalizada no panorama nacional. A exportação de açúcar, que na época correspondia a maior parte do número total de exportações se encontrava num declínio progressivo e preocupante para os produtores e para a economia nacional. Faoro entende que além do fator da desorganização financeira da nação recém-emancipada somou-se o quadro internacional de comércio desse produto, já que o Brasil perdera o monopólio de sua produção e as taxas para exportações estavam em gradativo aumento. Nesse quadro uma nova esperança econômica surge com a alavancada da produção e exportação de café, que em poucos anos conseguiu se estabelecer e ganhar grande relevância, tendo conseguido, num curto período, alcançar preciosos 43% do total nacional de exportação. Tão forte seria essa produção que seria ela capaz de alterar as bases da economia nacional, assim como do próprio sistema político, já que o governo sempre esteve ativamente envolvido nas estruturas econômicas e em seus interesses.

Entretanto, de acordo com Faoro, o estamento foi capaz de driblar as inúmeras crises de Estado, reformas políticas e sociais, permanecendo no centro do poder. Sua astúcia lhe conferiu a força necessária para se perpetuar secularmente, adquirindo características modernas sem alterar a essência de

seu sistema econômico de produção, sem se modernizar efetivamente, traçando um caminho alternativo que só se assemelhava a imagem apresentada pela comunidade europeia. Dessa forma, os donos do poder seriam os responsáveis por travar o avanço da sociedade brasileira ao lhe impor diversos obstáculos ao desenvolvimento de um capitalismo pleno, à descentralização política e à articulação social.

Acerca da Atualidade da Teoria Patrimonialista no Pensamento Político

Observando a construção desse sistema patrimonial, e de sua atuação para que se mantivesse uma unidade nacional, assim como para que a economia e a política seguissem os caminhos traçados pelos donos do poder, encontramos as chaves interpretativas capazes de mostrar de que forma a sociedade brasileira foi moldada. Mesmo forçando sua argumentação em vários pontos, para que sua teoria tomasse força, Faoro nos mostra de que maneira nossa economia adquiriu seu caráter mais expressivo, de ser politicamente orientada pelo estamento, e com que força a esfera pública interfere na privada. É importante salientar que toda essa edificação feita a partir do estamento é, de acordo com o autor, a responsável por travar a modernização do corpo social, da economia e da política. Nesse ponto vemos algo oposto ao que Holanda defendia anteriormente, pois é o Estado que pressiona constantemente a esfera privada da sociedade brasileira, não o inverso.

Essa reflexão sobre a formação da sociedade brasileira mostra seu fôlego em contribuições como a de Simon Schwartzman, em sua obra intitulada *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, onde trabalha a ideia de *neopatrimonialismo* e nos oferece uma análise dos desenvolvimentos mais recentes da sociedade brasileira, proporcionando uma avaliação da relevância atual das contribuições de Faoro para as reflexões acerca das singularidades que marcaram a formação social brasileira.

Simon Schwartzman elabora uma análise sobre o autoritarismo no Brasil a partir de uma perspectiva weberiana. A fim de responder a uma série de questionamentos gerados pelo período denominado como regime militar, o autor faz uma apreciação da trajetória patrimonialista brasileira mostrando que

sua estrutura foi construída de forma a se manter forte o bastante para a manutenção do poder central, dessa forma o autoritarismo não é considerado um fenômeno passageiro. Esse estudo é feito por Schwartzman com o intuito de realizar uma interpretação da atual conjuntura do Estado brasileiro a partir de uma análise do que o autor intitula como *neopatrimonialismo*, e expõe de que forma se dá esse autoritarismo, como ele se perpetua e quais suas implicações na contemporaneidade brasileira.

Em sua análise contemporânea sobre a estrutura política brasileira o autor nos apresenta uma visão de um patrimonialismo moderno, mostrando-o como uma forma deveras atual de dominação política. Segundo Schwartzman, essa noção de uma estrutura *neopatrimonial* não seria então:

simplesmente uma forma de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bastante atual de dominação política por um 'estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio', ou seja, pela burocracia e a chamada "classe política". (FAORO, Raymundo. 2012. Pág. 97)

A real interpretação realizada por Schwartzman mostra que há uma centralização de poder que ainda se encontra visivelmente presente na estrutura política brasileira, ou seja, não é um fenômeno simples e passageiro. A atualidade dessa estrutura patrimonialista pôde ser observada no populismo plebiscitário que o Brasil testemunhou durante o regime getulista, onde houve a tentativa de estabelecimento de uma relação mais direcionada entre a liderança política e o povo, mas que, na verdade, caracterizou-se como instrumento de legitimação e manutenção do poder. Conforme mostra Schwartzman, mais recentemente podemos citar os anos em que o Estado brasileiro foi regido por militares, que aqui podem ser considerados como um estamento burocrático, num sistema de centralização absoluta do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da literatura já estabelecida ao longo da presente exposição, encaro a formação da sociedade brasileira tendo como pressuposto básico a noção de uma modernidade aos moldes daquelas sociedades consideradas centrais. A tradição intelectual sociológica consolida-se através de suas interpretações da experiência moderna europeia, a partir da qual surge uma nova ordem social, que suplanta toda a dinâmica das relações sociais, tradicionalmente legitimadas até então. Essa construção teórica assume papel de dominância frente à construção de um saber sociológico global, influenciando assim a interpretação de sociedades fora do “centro” produtor teórico sobre sua realidade. Essa relação expressa claramente um caráter de dominação, de colonização do saber, amplamente difundido academicamente.

Há, dessa forma, um problema teórico que insiste em encarar o Brasil segundo normas e regras que não se encaixam na estrutura presente no país, principalmente por não levar em consideração suas peculiaridades societais, assim como sua identidade própria. Deve-se encarar que esse método de interpretação encontra-se deveras limitado desde sua proposta inicial.

O que de fato se critica nesse momento é a tentativa, ou a necessidade de aplicações de teorias gerais a determinadas realidades, e esses cruzamentos nem sempre são produtivos, pois não se encaixam, exatamente por ignorarem as peculiaridades do objeto estudado. A tentativa de ajuste, ou embuste, da realidade à certa teoria geralmente produz interpretações falaciosas sobre sua realidade, assim como de sua dinâmica social. É por esse motivo que Raymundo Faoro utiliza o patrimonialismo para analisar o Brasil como um tipo distinto de sociedade contemporânea, ou pelo menos com um processo de formação social diferente dos demais, que se distingue de outras sociedades modernas por não ter sua origem conduzida por um sistema estrutural feudalista, sistema este que ampliou a capacidade de certos países em adotar formas organizacionais consideradas mais dinâmicas, modernas e eficientes.

Se compararmos as presentes obras analisadas com outras, de autores conceituados do pensamento político e social brasileiro como Gilberto Freyre e

Caio Prado Jr., veremos que a temática do suposto “atraso” brasileiro é comum a todos. Claro, de formas distintas, e com motivações diversas. Encontramos em cada um deles uma maneira distinta de interpretação da sociedade, mas todos focam suas análises numa tentativa de expor e explicar o atraso desse corpo social, a causa desse atraso e a forma como ele se perpetua. Assim como as formas interpretativas são diferentes, os motivos de tal atraso também são. Freyre culpa a insolúvel estrutura patriarcal instituída na sociedade brasileira; Vitor Nunes Leal encontra na farsa democrática da época, caracterizada pela fusão de interesses públicos e privados na figura do coronel (símbolo do sistema político regido pelo ruralismo), o maior obstáculo; Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, mostra como a ausência de impessoalidade na condução da esfera pública causa tal distorção na sociabilidade do Brasil; Caio Prado Jr. defende os efeitos da colonização como a causa principal de tal problema; e, por fim, Faoro nos mostra como o patrimonialismo estamental tem sido perverso ao frear a modernização da sociedade e do Estado.

De fato, os autores aqui trabalhados encaram a sociedade brasileira segundo perspectivas próximas, mas de formas distintas. Buscam assim interpretar a história da formação social brasileira segundo seus aspectos estruturais, utilizando a estrutura do Estado como chave explicativa para a singularidade societal desse país. Os conceitos-chave utilizados por eles remetem a um mesmo aparato sociológico e traz luz as suas influências teóricas em comum. Fundamentando-se no pensamento político clássico, Victor Nunes Leal, Sérgio B. de Holanda e Raymundo Faoro buscaram compreender a experiência moderna brasileira a partir da estrutura do Estado. Demonstrando assim a tradição dessa sociedade em não delimitar claramente os limites entre público e privado, seja através da estrutura ruralista e dos interesses do coronel, da cordialidade de seu povo ou dos donos do poder, personificados no estamento. Compreende-se pelo conjunto de obras aqui explorado que a coisa pública é considerada uma extensão do próprio patrimônio, impossibilitando assim o pleno desenvolvimento da sociedade e de sua economia segundo pressupostos modernos de impessoalidade, autonomia e dinamismo.

Encaro este problema como um dilema metodológico. Mesmo que esse pensamento brasileiro tenha sido construído levando em consideração o

aparato teórico utilizado em relação a sua adaptabilidade à realidade dessa sociedade, devo encarar que a produção dessas interpretações incorre no perigo de uma suposta negligência das perspectivas sociais brasileiras.

Esse pensamento social brasileiro se encontra numa relação de dominação com o atual centro produtor da chamada “boa teoria”. Ou seja, somos dependentes das epistemologias do “centro”, e encaramos o trabalho de interpretar nossa sociedade a partir dos pressupostos traçados por ele para que ao nosso discurso seja conferida legitimidade. A questão é que a utilização de teorias importadas não deveria ser encarada como problema se, e somente se, houvesse um esforço maior de aplicá-las simultaneamente a interpretações de uma realidade distinta, concebida de forma alternativa e com características próprias que a torne diferente daquelas que traçaram tais pressupostos, evitando sempre a reprodução de certos preconceitos impregnados nessas teorias.

Ora, encontramos sim na sociedade brasileira uma forma distinta de organização social, de estruturação e execução do sistema econômico, quando comparada às “sociedades modernas centrais”. Entretanto, isso não deveria abrir espaço para uma taxaçoão do diferente como atrasado. Considero que o Brasil vive numa dinâmica distinta e, por esse motivo, acaba criando uma experiência de modernidade alternativa que deve ser respeitada e estudada levando em considerando estas perspectivas. É necessário que a academia invista num outro projeto de produção de conhecimento, que seja inclusivo e democrático, assumindo assim a multiplicidade de interpretações sobre as distintas realidades existentes nesta sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUDON, R.; BOURRICAUD F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. 2º Ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11º Ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Lições de Sociologia**. Trad. Georges Davy. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro**. 5º Ed. São Paulo: Globo, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da Modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto - O município e o regime representativo no Brasil**. 7º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

_____, ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. Pág 43.

_____. **O Capital - Volumes I e II**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TAVOLARO, Sergio B. F. **Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 20 (59): 5-22, 2005.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e Sociedade** – Volume 2. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999.

_____. **Ensaio de Sociologia.** Trad. Waltensir Dutra. 5° Ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

_____. **Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais.** São Paulo: Presença, 1974.